

política

Gabriel Souza cita histórico de reviravoltas em eleições

Pré-candidato do MDB aposta em virada similar a de outras disputas



Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

O vice-governador Gabriel Souza (MDB), pré-candidato da situação ao Piratini, aparece na terceira posição das intenções de voto ao governo do Estado em pesquisas eleitorais. Para reverter este cenário, Gabriel aposta em nova reviravolta no pleito gaúcho, algo que ocorreu em diversas outras oportunidades no Rio Grande do Sul. As manifestações ocorreram na quarta-feira durante reunião-almoço Tá na Mesa, da Federasul.

“Toda eleição tem alguma coisa que acontece que poucos preveem. Depois que passa o jogo, é barbadada analisar. Mas antes de o jogo terminar é que é difícil dizer o que tem que ser feito e qual será o resultado”, afirmou o pré-candidato, traçando um paralelo entre a corrida eleitoral com uma partida de futebol.

São muitos os exemplos de reviravoltas nas disputas ao Piratini. Em 2006, Yeda Crusius (à época no PSDB) surpreendeu ao vencer o pleito. Em 2014, o cor-religionário de Gabriel, José Ivo Sartori, tinha condições parecidas às atuais do pré-candidato e aparecia em terceiro colocado nas pesquisas, mas venceu as eleições. Em 2018, o atual governador Eduardo Leite (PSD) também não estava entre os favoritos, mas terminou vitorioso.

Gabriel Souza também avaliou ser ele o com maior possibilidade de vencer tanto a pré-candidatura à esquerda, de Juliana Brizola (PDT), quanto a da direita, de Luciano Zucco (PL), em eventual segundo turno. “O candidato que tem mais chance de vencer a candidata à esquerda (Juliana Brizola) no segundo turno, é Gabriel Souza e o Ernani Polo, pelas características, pelo posicionamento, pelas condições políticas que reúne. O candidato que tem mais chance de vencer o adversário à direita (Luciano Zucco), é Gabriel Souza e Ernani Polo também, em um eventual segundo turno, porque nós também re-



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Emedebista abordou a retomada do pagamento da dívida com a União

unimos condições de amplitude política”, argumentou Gabriel.

Outro assunto abordado por Gabriel foi aquele considerado como o principal desafio para o próximo governador gaúcho: o retorno dos pagamentos das parcelas da dívida com a União. Os pagamentos estão suspensos desde medida adotada após as cheias históricas de maio de 2024, e os recursos que deveriam ser repassados ao ente federal estão indo desde então ao Funrigs, fundo criado para a reconstrução do Estado.

A suspensão dos pagamentos tem previsão de encerrar na metade do ano que vem, após completar três anos da medida. Com isso, o Estado encerra os repasses ao Funrigs e passa a aderir ao Propag, o novo programa de renegociação das dívidas que entra em substituição ao atual Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ao qual o Rio Grande do Sul está inserido.

A principal diferença entre os dois programas é que o Propag oferece juros mais baixos nas parcelas, mas o RRF conta com um dispositivo de dívidas garantidas, em que a União assume passivos que o estado devedor tem com outros esferas, como bancos internacionais, por exem-

plo. Ou seja, ao aderir ao Propag, o Rio Grande do Sul reduz o volume das parcelas, mas volta a ter de bancar as dívidas que não são com o ente federal.

Ao tratar deste assunto, Gabriel apresentou a sua proposta para a situação deste passivo: “Nós vamos aderir ao Propag para diminuir o juro, vamos pedir a prorrogação do Funrigs para não pagar parcelas da dívida do Propag e investir aqui, e na nossa proposta, em proteção às lavouras, que sofrem - a nossa economia sofre todos os anos que têm estiagem -, e para parar de sofrer tanto, para mitigar os efeitos das estiagens: irrigação e manejo de solo. E, por fim, nós vamos aderir ao RRF de novo para que as dívidas garantidas também entrem no Funrigs”.

Há dúvidas, porém, da viabilidade legal dessa proposição, tendo em vista que a legislação do Propag explicita que um dos condicionantes para ingresso é a saída do Estado do RRF. Também não é muito claro se é possível aderir ao Propag ao mesmo tempo em que se prorroga o Funrigs, pois os recursos do fundo são justamente de repasses que deveriam ser direcionados à União por meio dos pagamentos da dívida.

Leilão do Bloco 2 de rodovias é cancelado por falta de interessados

/ RODOVIAS

Ana Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

O leilão de concessão do Bloco 2 de rodovias, que previa investimentos de R\$ 6 bilhões em 409 quilômetros de rodovias entre os Vales do Taquari, do Caí e o Norte do Rio Grande do Sul, foi cancelado na quarta-feira pela ausência de interessados. Conforme a Secretaria Estadual de Parcerias e Concessões, não há posição sobre os próximos passos do certame.

O leilão ocorreria na próxima quarta-feira, dia 10 de junho, na Bolsa de Valores, em São Paulo, após adiamento da data original, que seria em março, para que o Piratini relançasse o edital conforme recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE). A expectativa do governo estadual era de assinar o contrato ainda em outubro deste ano.

O governador Eduardo Leite (PSD) comentou sobre o cancelamento do leilão durante evento de anúncio das obras do Caminho do Meio, em Viamão, realizado na tarde de quarta-feira. Para ele, a questão precisará ser revisada, com um estudo maior sobre os motivos que levaram ao desinteresse dos investidores.

“Ainda temos que entender as motivações ou a desmotivação de investidores em relação a esse projeto. Mas uma análise preliminar mostra que a precificação des-

se projeto está bastante apertada, sem ter margens para suportar eventuais riscos que as obras têm, o que contrapõe o que alguns adversários parlamentares de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que se estabeleceu na Assembleia Legislativa e que têm insistido em dizer que os preços estariam maiores e que já teria a definição de quem seria o vencedor. Está aí a palavra”, destacou.

Leite reafirmou que os preços estavam apertados e que isso não motivaria os investidores a entrarem no projeto de concessão das rodovias. Além disso, responsabilizou o que chamou de “um ambiente político ostensivo que algumas lideranças políticas insistem em criar” por afugentar possíveis interessados.

Ao todo, seriam impactadas 32 cidades, com intervenções nas rodovias estaduais RS-128, RS-129, RS-130, RS-453 e RS-324. Dos R\$ 6 bilhões previstos em investimentos, R\$ 1,5 bilhão sairia dos cofres públicos, pelo Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs). Agora, caso o Piratini opte por seguir com o processo de concessão, precisará lançar um novo edital.

Entre as obras previstas, estavam 182 quilômetros de duplicações, 71,5 quilômetros de terceiras faixas, 745 quilômetros de acostamento e 37 passarelas de pedestres. As rodovias, atualmente, são de pistas simples na maioria dos trechos. Além disso, seria implementado o sistema free flow para a cobrança de pedágios.

Vice-governador responsabiliza CPI por ausência de proposta no certame

Após sua apresentação, em debate ao lado do pré-candidato a vice-governador Ernani Polo (PSD) e do presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa, Gabriel Souza comentou o cancelamento do leilão do Bloco 2 de rodovias. Na sua avaliação, a realização da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul teria afugentado investidores.

“Qual é o investidor que quer investir num Estado que está tendo uma CPI antes de assinar o contrato? Antes de ter leilão? O governo federal até dezembro do ano passado tinha feito 16 leilões de concessões. O governo de São Paulo e do Paraná estão fazendo inúmeros leilões. E por aí vai. Isso falando só do modal rodoviário. E tem players limitados no mercado

brasileiro para fazer investimentos”, argumentou Gabriel.

Em resposta, o relator da CPI dos Pedágios, deputado estadual Miguel Rossetto (PT) afirmou que o que afugentou os investidores, no que chamou de um leilão “deserto”, foi a sua modelagem. “Foi um modelo muito ruim que não se sustenta. O modelo é tão ruim que não interessa nem a sociedade, nem o setor privado. E por isso tem que ser suspenso todo ele”, argumentou o parlamentar.

Para Rossetto, a experiência com o Bloco 3 de rodovias, concedida à concessionária Caminhos da Serra Gaúcha (CSG), seria um exemplo negativo da experiência de parceria público-privada no setor. Principalmente, levando em consideração a cobrança dos pedágios.